

TEORIA OU PRÁTICA: O QUE PRIORIZAR NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR?

Terezinha Oliveira (DFE/UEM)
Meire Aparecida Lôde Nunes (Unespar)
Rafael Henrique Santin (PG – Educação/UEM)
Lais Boveto (PG – Educação/UEM)

Tema proposto

Em agosto de 2013, o ministro da educação Aloízio Mercadante afirmou “Não dá para formar um professor só lendo Piaget”. O discurso foi realizado em reunião com secretários municipais da educação, que o aplaudiram, e pode ser associado às reformulações, que vêm sendo promovidas pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo desde 2012, nas cargas horárias dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas. USP, Unicamp e Unesp readequaram, em 2015, seus currículos para cumprir a determinação do Conselho de destinar 30% da grade às disciplinas e atividades didático-pedagógicas. Desse modo, ainda que com protestos por parte das Universidades, algumas disciplinas teóricas foram retiradas da grade curricular para dar espaço a aulas de língua portuguesa e atividades relacionadas à prática do ensino¹.

O questionamento sobre a relevância da teoria ou da prática permeia toda a formação docente. Nas oportunidades em que os alunos das licenciaturas entram em contato com os docentes que atuam nas escolas, muitas vezes, reforça-se a disparidade entre a teoria oferecida nas universidades e a prática cotidiana das escolas. Mas, é necessário refletir primeiramente sobre qual é nosso entendimento de teoria. É um conhecimento meramente especulativo, sem qualquer aplicabilidade; ou é um conjunto sistematizado de conceitos e ideias relativos à determinada área do conhecimento? Nesse curso, trabalharemos com a segunda noção. Dessa maneira, começaremos por questionar: há realmente um excesso de teoria em detrimento da prática? Será que nas licenciaturas estudamos, de fato, Piaget (ou outros pensadores tão relevantes quanto ele)?

Ao afirmar que os professores não podem ser formados somente por meio da leitura de Piaget, o ministro, aparentemente, considera que nos cursos de licenciatura há um estudo aprofundado sobre as obras deste pensador e de outros de igual relevância para a educação.

¹ Reportagens que tratam desses temas, disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/08/1321237-formacao-do-professor-tem-muita-teoria-e-pouca-pratica.shtml> e <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699449-apos-pessao-formacao-de-professor-tera-menos-teoria-e-mais-aula-pratica.shtml>. Consulta em: 01 mai. 2016.

No entanto, sabemos que não há, atualmente, nos cursos de formação docente tal grau de aprofundamento teórico – e a obrigatoriedade de incluir língua portuguesa nas grades curriculares é um bom indicativo de que os professores em formação adentram aos cursos superiores sem reunir condições para tanto. Propomo-nos, portanto, a tratar desse tema por meio do diálogo sobre a maneira como lidamos com o conhecimento (teórico e prático) e pela forma isso se relaciona aos resultados que obtemos com o ensino formal.

Objetivos

O objetivo principal é abordar a função dos conhecimentos teórico e prático na formação do professor. Para tanto, exporemos alguns discursos de professores e gestores, disponíveis em artigos, reportagens e entrevistas. Apresentaremos, em seguida, alguns pensadores que percebem o conhecimento como algo intrínseco à ação, ou seja, teoria e prática não estão separadas e, portanto, não é possível hierarquizar, identificar qual é mais importante, pois ambas são inerentes ao conhecimento e, por conseguinte, à educação. Tendo em vista que o caminho metodológico e teórico utilizado para formular o minicurso está fundamentado na história da educação, finalizaremos o diálogo com uma reflexão sobre o papel do conhecimento histórico na formação docente.

Referencial teórico

A reflexão proposta se inicia com base na obra *De Magistro* de Tomás de Aquino, considerada aqui como fonte que expressa, por essência, a noção de integralidade entre o conhecimento e a ação do homem. Já no século XIII, o mestre medieval afirmava que “[...] o ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno pelo ensino.” (TOMÁS DE AQUINO, *De magistro*, art. 2, Sol. § 2). Trata-se, portanto, de um perfeito conhecimento tanto da matéria a ser ensinada, quanto do comportamento que se espera do aluno.

O médico cura não porque tem a saúde em ato, mas porque tem o conhecimento da arte médica; já o professor ensina precisamente porque tem o conhecimento em ato. Assim pode causar a saúde em si mesmo quem, não a tendo em ato, tem contudo o conhecimento de sua arte; o que não pode se dar é que alguém tenha o conhecimento em ato e não o tenha para poder ensinar a si mesmo (TOMÁS DE AQUINO, *De magistro*, art. 2, Respostas às objeções 6).

Desse modo, aponta a especificidade da função do professor, pois aquilo que ele precisa causar por meio do ensino é o conhecimento em outra pessoa. Depende, portanto, de seu próprio conhecimento em ato e de transformar a possibilidade de conhecimento do aluno, também, em ato. Tomás de Aquino afirma que o professor ensina a verdade e ilumina a mente, “[...] não porque infunde a luz da razão em outro, mas como que ajudando essa luz da razão para a perfeição do conhecimento, por meio daquilo que propõe exteriormente [...]” (TOMÁS DE AQUINO, *De magistro*, art. 1, Respostas às objeções 9). O professor, portanto, encaminha, orienta a ‘luz da razão’, mas não incuti o conhecimento na mente do aluno.

Ambos, professor e aluno, possuem a capacidade do pensamento, da aquisição de conhecimento e, por este motivo, são capazes de ensinar e aprender. Conforme Oliveira (2009), Tomás de Aquino revoluciona o pensamento e o ensino ao afirmar que a sabedoria é possível de ser adquirida.

Essa afirmação revolucionou o pensamento e o ensino. Ao afirmar que o homem, porque pensa pode ensinar, colocou por terra a idéia de que a sabedoria era um dom divino, concepção que tinha sido construída no início do medievo e que permanecera dominante na sociedade até as escolas urbanas do século XII. Ao deslocar para o homem a possibilidade de ensinar e aprender, Tomás de Aquino humanizou a sabedoria. Entretanto, ainda que fosse uma atividade e possibilidade humana, ela não era inata, ou seja, nem todas as pessoas a possuíam. Os homens precisavam aprender para serem professores, do mesmo modo que os alunos, por seu turno, precisavam ter determinadas disposições intelectivas para aprender. (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

A educação, nesse sentido, possui um caráter complexo, em que o ensino só ocorre quando ocorre a aprendizagem. O trabalho do professor depende de suas próprias disposições, mas, também, das disposições dos alunos. A complexidade dessa relação não pode ser reduzida a noções em que ou a prática ou a teoria são negligenciadas. Trata-se, portanto, de uma discussão que envolve tanto o comportamento docente, quanto sua qualificação profissional, pois entendemos que ambos são objeto de ensino. Uma das características da atividade docente é que a relação estabelecida com os alunos vai muito além da instrução a respeito dos conteúdos das disciplinas, o professor dissemina, também, uma forma de lidar com o conhecimento.

Também é quase completo o consenso em relação à precariedade dos cursos de magistério, pedagogia e licenciatura. Nos últimos anos, desencadeou-se no Brasil um amplo movimento para reformulá-los. Apesar dos intensos debates, foram pouco significativos os resultados de escala na superação das deficiências. [...]

Mas a formação do educador tem sido apenas habilitação técnica, aquisição e domínio de informações e habilidades didáticas. Essa atividade deveria ser uma autêntica *Bildung* [termo alemão que designa formação humana em seu mais alto nível], formação humana em sua integralidade. Daí a complexidade dessa função social, que implica muito mais em condições pessoais, do que outras profissões nas quais a atividade técnica tem certa autonomia em relação à qualificação. Espera-se que qualquer profissional tenha todas as qualidades exigidas pelo convívio social, em nome do respeito à dignidade das outras pessoas. Esse é teoricamente o perfil de todos os que atuam profissionalmente. Mas para que a atividade do educador seja fecunda, sua personalidade e condição pessoal exige esse perfil, senão os objetivos de sua intervenção técnica não se efetivam. (SEVERINO, 2012, p. 142-143).

Severino aponta o cerne da formação docente, ou seja, a noção de integralidade necessária à formação de pessoas que sejam capazes tanto de ensinar uma gama de conhecimentos e informações, quanto de ter sensibilidade para identificar se o ensino de fato ocorreu. Entende-se, assim, que a base de conhecimentos para as licenciaturas não poderia ser definida por uma quantificação de conteúdos teóricos e práticos, ou por um debate em que se busque hierarquizar esses conteúdos. Essa definição precisa passar pelo delineamento e entendimento da função do professor, assim como pela caracterização das necessidades reais de aprendizagem dos alunos.

Outro pensamento que servirá de base para o diálogo proposto é o de Hannah Arendt, que apresenta uma concepção importante sobre a relação entre a qualificação docente e a autoridade do professor.

Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. (ARENDR, 2011, p. 239).

Por meio dessa reflexão, a função do professor assume outro contorno. Sua necessária qualificação, ou seja, o conhecimento que precisa dominar, não está desvinculado de sua autoridade, porém, esta se assenta em um comportamento de comprometimento não só com sua própria instrução, mas, com a de seus alunos.

Metodologia

Nosso caminho metodológico perpassa as noções de totalidade, História Social e longa duração, de Marc Bloch e de Fernand Braudel, pois com elas percebemos o homem e a sociedade como um todo integrado.

Considerações finais

Desse modo, o minicurso se propõe a debater a noção de que o problema atual nas licenciaturas é o excesso de teoria em detrimento da prática, assim como questionar a hierarquização de conhecimentos que, para alcançarem sua função social, necessitam de uma abordagem que não os desvinculem. Consideramos esse diálogo importante na formação dos professores, tendo em vista o caráter distinto do trabalho docente.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

OLIVEIRA, Terezinha. A importância da leitura de escritos tomasianos para a formação docente. **Notandum**, São Paulo/Porto, n. 21, p. 75-83, set./dez. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'água, 2012.

TOMÁS DE AQUINO. **De magistro**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.